

SESSÕES DO PLENÁRIO

23ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de setembro de 2021. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 24.239/2021, que (Lê) “*Altera a Lei nº 12.600, de 28 de novembro de 2012, na forma que indica*”, que é aquele projeto de redação da Polícia Civil. Houve um pedido de vista do deputado Soldado Prisco na última sessão.

Temos o Requerimento nº 9.761/2021, de procedência da Presidência, que é a (Lê) “*Indicação de Nelson Vicente Portela Pellegrino para integrar o quadro de Conselheiros do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia*.”

O Presidente da Assembleia Legislativa do estado da Bahia, considerando o disposto no art. 94, II, da Constituição Estadual, vem, na forma do art. 224-A da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, formalizar a indicação de Nelson Vicente Portela Pellegrino para integrar o quadro de Conselheiros do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Paolo Marconi.

Justificativa

A presente indicação justifica-se em face da extensa folha de serviços prestados ao Estado da Bahia e das destacadas qualidades do Advogado Nelson Pellegrino, Deputado Federal cumprindo o sexto mandato consecutivo na Câmara dos Deputados. Ex-Parlamentar da Assembleia Legislativa da Bahia, por dois mandatos, Nelson encontra-se atualmente ocupando o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, onde já exerceu também as funções de Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (2009/2010) e Secretário de Turismo (2015/2016).

Nesta Casa, onde foi Deputado nas Legislaturas 1991/1995 e 1995/1999, teve atuação marcante, com destaque para sua atuação nos debates em Plenário e nas comissões, tendo participado de diversas destas, tanto de caráter permanente como temporário, com destaque para as de Fiscalização e Controle e Finanças e Orçamento, cujas temáticas são ligadas diretamente às atribuições do cargo para o qual está sendo indicado. Exerceu ainda a presidência da Comissão de Direitos Humanos entre 1991 e 1999.

Na Câmara dos Deputados foi também intensa a sua atuação nos seis mandatos como um dos representantes do Estado, tendo exercido, dentre outras atividades, a Liderança do Partido dos Trabalhadores (2003/2004) e por diversas vezes a Vice-Liderança, tanto do PT quanto do Governo no Congresso Nacional, além de haver participado de inúmeras comissões, tanto permanentes como temporárias, ressaltando-se, também pela temática que envolvem, as de Constituição e Justiça e Cidadania, Finanças e Tributação e Fiscalização Financeira e Controle.

Nelson Pellegrino preenche todos os requisitos constitucionais, seja quanto à idade ou formação e experiência profissional, reputação ilibada e notórios conhecimentos, conforme curriculum vitae que segue anexo ao presente, encontrando-se, portanto, habilitado para o exercício do cargo, no qual prestará inestimáveis serviços ao Tribunal de Contas dos Municípios e ao Estado da Bahia.

Em face do exposto requer, o Presidente da Assembleia, que seja submetido o presente Requerimento e a indicação nele contida à apreciação prévia da Comissão de Constituição e Justiça e em seguida à deliberação do Plenário da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2021.”

Para esse projeto, a votação é secreta. Para os deputados que não estiverem no Plenário, nós temos o aplicativo. Quer dizer, todos os deputados devem ter o aplicativo SevWeb para utilizar na votação, porque é secreta.

E, por último, temos o Projeto de Resolução nº 2.957/2021, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que (Lê) “*Estabelece a suspensão temporária por 30 (trinta) dias do exercício do mandato o Deputado Capitão Alden.*”

Já expliquei, mas explicarei mais uma vez. Nos dois projetos, tanto o do Nelson Pellegrino para o tribunal, como o da suspensão do deputado Soldado Prisco, a votação será secreta. Os deputados que não...

Parlamentar não identificado: Capitão Alden!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Suspensão do Capitão Alden, me desculpem. Os deputados que não estiverem presentes em Plenário, por favor, têm de utilizar o aplicativo SevWeb, porque a votação é secreta.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Não há orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

Deputado Hilton Coelho com a palavra.

O deputado Hilton está presente.

O Sr. HILTON COELHO: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

Alô, alô, deputado Hilton!

(Interferência na conexão.)

Alô, alô! Hilton, abra seu microfone.

Tem de ter alguém com um telefone para entrar em contato com os deputados! Onde estão os outros engenheiros da Casa?

(Interferência na conexão.)

Alô, deputado Hilton, V. Ex.^a me ouve? Deputado Hilton, tem de abrir o microfone.

O Sr. HILTON COELHO: (Interferência na conexão.) (...) pelas comunidades tradicionais, por quilombolas, pelo povo de santo, pela sociedade civil organizada que tem... (Interferência na conexão.) (...) o Parque de Pituvaçu, o Parque São Bartolomeu, especialmente, que foi a principal pauta, hoje pela manhã, assim como o zoológico e os parques localizados nas regiões do Sul da Bahia e da Chapada Diamantina têm como principais guardiões essas comunidades tradicionais, que são completamente avessas à perspectiva de uma administração feita por empresas privadas. Este é o projeto: colocar empresas privadas como concessionárias que vão, por 30 anos, administrar os nossos parques. E, para nós, isso é inaceitável, como foi um absoluto consenso, hoje, na audiência pública. Eu quero parabenizar essas comissões e dizer que a luta vai prosseguir.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar a luta dos servidores públicos, do conjunto de servidores federais, estaduais e municipais, contra a PEC 32. Os servidores estão ocupando, hoje, Brasília, tensionando o Senado Federal para que essa PEC não seja aprovada na comissão especial e muito menos em plenário. É uma luta muito

difícil, mas o que está em jogo é a própria sobrevivência do serviço público, visto que a PEC 32 tem por objetivo, simplesmente, fulminar as carreiras do serviço público.

Vão se criar quatro tipos de vínculo no serviço público, sendo que três deles são completamente instáveis. Há a possibilidade, portanto, da realização da carreira no serviço público, colocando todo um acúmulo de experiência por água abaixo e as carreiras do serviço público sendo inviabilizadas.

Por isso, nós queremos declarar todo nosso apoio ao fórum em defesa do serviço público, ao fórum estadual, à articulação nacional em defesa desse que é o maior patrimônio do povo brasileiro e a possibilidade concreta, única possibilidade, de nós termos, de fato, a efetivação de direitos no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente, demais deputados e deputadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô, deputado Hilton Coelho, peço a V. Ex.^a para dar a presença, por favor. Deputado Hilton, dê a presença porque V. Ex.^a ainda não deu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. Deputado Rosemberg.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Robinho vai falar pelos 12 minutos?

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, vão falar o deputado Jacó e a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, é o PP. É o tempo do PP.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Partido Progressista?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim. Quem vai falar os 12 minutos, V. Ex.^a?

O Sr. Robinho: Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 12 minutos, o deputado Robinho.

Deputado Jacó, V. Ex.^a pode me substituir por 10 minutos aqui para eu falar com o líder Rosemberg e com o líder Sandro, por favor?

Pode começar, deputado Robinho, por 12 minutos.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, colegas desta Casa, presidente Adolfo. É motivo de satisfação, depois de tanto tempo que estamos participando de forma remota, agora começar os nossos trabalhos de forma presencial.

Quero falar um pouco da propaganda do governo, da propaganda do PT. Eu quero morar na propaganda do PT! Eu andando, no interior da Bahia, porque eu sou lá da... A minha base eleitoral é no interior da Bahia. Olhando as minhas indicações, eu quero direcionar a Jucuruçu, a nossa querida cidade de Jucuruçu, lá do Extremo Sul da Bahia, para onde fiz uma indicação, em 2015, logo no começo do primeiro mandato. Indicação essa que vários e vários políticos fizeram.

Essa indicação foi um compromisso de campanha do senador, ex-governador Jaques Wagner: o asfalto da BR-101 até Jucuruçu, que é a BA-284. Foi promessa de campanha na reeleição, foi promessa de campanha na eleição do atual governador. Faz 5 anos que começou essa obra, 5 anos! A primeira parte que foi feita já está sendo retomada, feita novamente. Parece-me que é um asfalto “Sonrisal”. E tem mais de 30 quilômetros que estão sem fazer. E aí são aquelas histórias, uma propaganda maravilhosa e a obra inacabada.

Lembro também, já que eu vejo na propaganda dos *outdoors*, dos mais de 7 mil quilômetros de asfalto na Bahia, mais de 7 mil quilômetros! Para a BA-290, de Alcobaça a Itanhém e a Bertópolis, em Minas Gerais, foi anunciado o recapeamento há mais de 4 anos. O recapeamento começa, para, começa, para. O trecho de Itanhém a Bertópolis é de 46 quilômetros. Obra licitada, obra autorizada, dada a ordem de serviço há 2 anos e até agora só 2 quilômetros feitos. São as obras “tamanho G” do governo do PT. A BA-698, BR-101 até Mucuri, eu queria que alguém do governo fosse lá ver, porque, inclusive, alguém me procurou na rede social falando: “Por que, deputado, só agora você vê isso?” Antes eu mandava o recado, porque deputado aqui não tem o respeito de ter acesso ao governo. Mandava recado e o recado nunca recebia atenção. Então, Rosemberg, você como líder do Governo, vá à BA-698, BR-101 até Mucuri, fazer uma visita àquela região para você ver como é que está a BA-698, como estão as obras “tamanho G”.

Também a BA-001, de Prado a Caravelas, passando por Alcobaça. A promessa da ponte do Prado é promessa antiga. Em toda eleição tem uma promessa. É uma vergonha! Um litoral maravilhoso igual a Prado, Alcobaça, Guaratiba, Caravelas, e um caos, um buraco em cima do outro.

Agora, a BA-130, de Itapetinga a Macarani, meu Deus do céu! Povo de Itapetinga, quanto sofrimento para ir a Macarani. É um buraco atrás do outro. É o asfalto “tamanho G” do governo do PT. Que maravilha viver na propaganda do PT!

No trecho da região Sul, Rosemberg, o trecho de Maiquinique a Macarani, o asfalto acabou. Estão patrolando o asfalto, Sandro Régis. Estão patrolando o asfalto! Em Ibirapitanga, asfalto “Sonrisal”!

No governo do PT, fizeram o acesso de Gandu até Ipiaú. Foi feito duas vezes no governo do PT. Foi feito uma vez no governo Wagner, agora foi feito de novo e já acabou o asfalto de Gandu a Ipiaú. Se você precisar sair de Gandu no sentido a Itamari, Ibirataia, Nova Ibiá, rapaz, é um sofrimento! E eu fico olhando a propaganda, como é perfeita a propaganda. Eu diria que o melhor secretário do governador é André Curvello, muito preparado para enganar o povo. Muito preparado para enganar o povo!

E eu queria aproveitar e mandar um recado aos prefeitos da Bahia. Eu vi aqui uma matéria no jornal *Grande Bahia*, do dia 21 de junho, na qual o presidente da UPB, o popular Zé Cocá, questiona uma dívida do governo do estado em mais de R\$ 1 bilhão com os municípios da Bahia. Olhe que Zé Cocá é prefeito de Jequié e apadrinhado do governador. Está aqui, é Zé Cocá, não é Robinho, não! Eu simplesmente estou lendo: (Lê) “No documento, a UPB “requer o efetivo cumprimento do art. 9º, da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que prevê que os estados transferirão aos municípios 25%

do que determina o repasse mensal da parcela da compensação financeira dos Royalties do Petróleo (...)"'. São os royalties que o governo do estado não tem pagado aos municípios.

Então, eu queria que os prefeitos da Bahia parassem de pedir esmola ao governo do estado, parassem de ficar nas migalhas para conseguir um recurso, um convênio. E quero aproveitar, através do presidente da UPB, e cobrar o que é de direito de cada prefeito, de cada município: o direito de receber os royalties do petróleo, dos quais 25% são de direito dos municípios.

Então, depois, eu quero falar da propaganda “tamanho G” das casas populares. Agradeço a oportunidade ao meu partido, por abrir o espaço. Vou pedir ajuda a Paulo Câmara para, na hora que abrirem a Comissão de Ética para o deputado Robinho... Porque deputado não pode falar a verdade! São as *fake news* da propaganda do governo da Bahia.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, hoje, pela manhã, estava já em meus planos, deputado Sandro, que assim que iniciasse a sessão, eu pediria algo a todos os colegas, mas acabei esquecendo temporariamente. É o pensamento positivo, que eu acredito que todos já têm, é uma oração pelo nosso colega deputado Tom, colega nosso de muitos anos que, por motivo de doença, claro, de necessidade, fez uma operação muito grande em São Paulo, nesses últimos dias. E pedimos a Deus – porque só Ele que é o poderoso – para dirigir, eu acredito que já dirigiu, as mãos e as técnicas dos médicos que o operaram. Que dê tudo certo! Que ele tenha plena recuperação para, daqui a poucos dias, estar conosco novamente.

Então, é isso que eu acredito, que eu não precisaria nem pedir. Tenho certeza de que é o desejo de cada um de nós, cada um dos colegas, porque ninguém sabe o dia de amanhã, só Deus que é o Todo-Poderoso. Então, que o nosso amigo retorne o mais breve possível para o nosso convívio.

Vai pedir questão de ordem, deputado Sandro?

O Sr. Sandro Régis: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falarei por 5 minutos; e o deputado Carlos Geilson falará pelo restante do tempo.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*. Sr. Presidente, na verdade, na minha fala, eu me dirijo a V. Ex^a. Aqui na Casa, nós temos vários troféus: troféus de imprensa, do melhor parlamentar... E, hoje, eu queria fazer uma indicação nesta Casa, nobre deputado Tiago Correia, que é fazer o troféu óleo de peroba e já indicar, de imediato, o governador Rui Costa.

O estado da Bahia derretendo em sangue! O estado da Bahia ocupando todos os índices de criminalidade, liderando os homicídios. O estado recordista em mortes e o governador faz um discurso com cara de paisagem dizendo que não é problema do estado, que o problema é da Justiça, que o problema é do ministério.

Ora, senhores, enquanto o governo do estado, deputado Paulo Câmara, enquanto o governador não tratar a Bahia com seriedade, enquanto o governo do PT não encarar os seus problemas e assumir a sua responsabilidade, o nosso estado irá continuar tendo derramamento de sangue! Agora, na hora de pegar o ônibus do FNDE e distribuir, ele diz que é dele. Na hora de pongo em obras que não são do estado, é propaganda e *outdoor* por todo lado.

Muito bem ditas foram as palavras do pai do tenente que foi executado na segunda-feira, quando disse: “A morte do meu filho tem nome e sobrenome, se chama o governador do estado, o Sr. Rui Costa.”

Não adianta, governador, V. Ex.^a se eximir de sua responsabilidade! Não adianta transferir a responsabilidade para a Justiça! Não adianta transferir a sua responsabilidade para outros Poderes. Os baianos lhe elegeram para V. Ex.^a cuidar de nossas vidas. Os baianos lhe elegeram para V. Ex.^a nos liderar e não para V. Ex.^a tirar os problemas de seu colo e transferir para outros.

A Polícia Militar e a Polícia Civil respondem ao seu gabinete, respondem diretamente ao seu comando. Se a Bahia, hoje, deputado Euclides Fernandes, se a Bahia, hoje, é líder em homicídio, se a Bahia, hoje, proporcionalmente, é o estado mais violento do Brasil, é porque o governo não tem planejamento. Nós somos mais violentos que Pernambuco. Nós só perdemos para o Ceará, porque, também, é o PT quem está no Ceará. É a marca do PT. Por onde passa, é a marca da violência, dos governos que a bandidagem toma conta.

A Bahia, hoje, parece aquela novela da *Globo*, do faroeste, deputado Carlos Geilson. Aqui é uma terra sem lei, onde a polícia não tem capacidade para o enfrentamento, onde a polícia já entra no embate perdendo.

Então, Sr. Presidente, eu peço a V. Ex.^a acatar a minha sugestão e criar, agora, no Parlamento, o troféu para que possamos contemplar... (Expressão retirada por solicitação do Sr. Deputado Sandro Régis e por determinação da Presidência.) (...) do nosso estado, a começar pelo Ex.^{mo} Sr. Governador Rui Costa.

Muito obrigado.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Alex Lima pediu uma questão de ordem. Pois não, o deputado Alex Lima. Eu não lhe vejo na tela.

O Sr. Carlos Geilson: Mas a questão de ordem é no meu discurso, no intervalo? Porque está no tempo agora...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Geilson, 1 minuto só, por favor, porque ele já tinha solicitado. Então, com essa forma mista da sessão, às vezes atrapalha um pouco ainda nossa...

O Sr. Carlos Geilson: Em se tratando do deputado Alex Lima, eu vou permitir, mas ela seria intempestiva. Pois não, deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Geilson, V. Ex.^a sempre cede.

Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Quero cumprimentar o presidente Adolfo Menezes, saudar o deputado Carlos Geilson, mas lembrar ao deputado que, regimentalmente, a questão de ordem é a qualquer tempo. Então, o presidente, de forma acertada, concedeu a questão de ordem.

Sr. Presidente, quanto à minha questão de ordem, eu vou fazê-la. Mas, primeiro, eu quero contextualizar e, sobretudo, falar da falta que nos faz, no dia de hoje, a presença, o equilíbrio, a sensatez, a delicadeza e a polidez do deputado Tom Araujo.

Então, queria me solidarizar com a família, com os seus amigos e admiradores, dos quais eu estou incluído, e dizer que nós estamos todos em oração, esperando a volta do equilibrado, ponderado, educado e, sobretudo, um ser humano extraordinário, deputado Tom Araujo, para voltar às trincheiras da batalha.

Dizer apenas, Sr. Presidente, que eu acho que esta Casa, nós precisamos ter o mínimo de respeito, não é? Quanto ao meu queridíssimo amigo, talvez, um dos meus melhores amigos desta Casa, eu acho que é o deputado Sandro Régis. Vou solicitar a V. Ex.^a o pedido para o deputado Sandro Régis retirar do seu discurso o fato de chamar o governador do estado de (Expressão retirada por solicitação do Sr. Deputado Sandro Régis e por determinação da Presidência.).

Talvez a turma do DEM, que tem criado uma terceira via, que nada mais é, Sr. Presidente, até para esclarecer à população baiana, que terceira via são aqueles partidos que estão usufruindo das vantagens do governo Bolsonaro e que, por enquanto, ainda não se posicionaram a seu favor. É isso que é a terceira via na Bahia.

E dizer que nós não podemos, Sr. Presidente, fazer piada com uma tragédia como a que ocorreu com o policial militar em combate, pois nós não vamos estar fazendo paixão em cima de corpos.

Então, quero pedir ao deputado Sandro Régis, que é um dileto amigo, que é uma pessoa que eu tenho o maior carinho, a maior estima, o maior respeito... (Interferência na conexão.) (...) que mantenhamos o respeito e, sobretudo, o respeito àqueles que já se foram e que não estão mais entre nós.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô, alô!

Antes de passar a palavra para o deputado Carlos Geilson, eu gostaria, mais uma vez, que a área técnica desta Casa... Não é possível que em outras Assembleias o sistema misto não esteja funcionando! Eu sei que tecnologia falha, mas nós já estamos há algumas semanas votando dessa forma.

Então, eu peço à área técnica desta Casa que veja qual é a forma para a gente corrigir essas falhas que estão acontecendo costumeiramente nas nossas sessões. Se depender de comprar algum aparelho, de algum investimento, tem que levar o assunto para a Presidência.

Agora eu acredito que já dá para a gente ter uma votação com menos falhas do que as que estão acontecendo. Se as falhas são dos deputados que não estão aqui no Plenário, ou seja, que estão fora do Plenário, que a gente tente mostrar como deve proceder no dia das sessões para que a gente tenha mais tranquilidade, e ocorram menos falhas nas sessões, o.k.? (Pausa)

Srs. Deputados, o técnico da Casa está me informando que, no caso, tem que reconhecer de quem é o erro. Então, os deputados precisam ficar antenados para a era da tecnologia. Jacó, não é aquela época mais de Irecê, não. Então, deputados, estão me informando aqui, porque eu sou totalmente ignorante digital... Estão me formando o seguinte: se o deputado entrar com o sistema ligado, aqui, na Assembleia, vai continuar dando esse eco, deputado Euclides, V. Ex.^a. que é um exímio conhecedor da área tecnológica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, internautas, colegas da imprensa, quero também somar a minha fala com a voz do presidente Adolfo Menezes, do deputado Alex Lima. Todos aqueles que conhecem o deputado Tom Araujo têm o prazer de tê-lo como colega, sabem do *gentleman* que é esse deputado. Todos nós estamos na torcida, em orações pelo seu pronto restabelecimento.

Sr. Presidente, há muito se diz que o governo do PT não gosta de Feira de Santana. Eu quero trazer um exemplo cabal que mostra, que comprova que essa máxima realmente é verdadeira. O governo do estado fez um convênio com a empresa para que ela administrasse o aeroporto de Feira de Santana por 25 anos. Assumiu, no contrato, que faria a ampliação de uma área para que o aeroporto pudesse funcionar em sua plenitude.

Pois bem, como o contrato não foi cumprido pelo governo do estado, a empresa, através de uma ação, entrou na Vara da Fazenda Pública, em Feira de Santana. O juiz Nunisvaldo dos Santos determinou que o governo do estado pagasse a área desapropriada em torno de 90 dias.

O que é que acontece? O governo recorreu dessa decisão, e conseguiu cassar a decisão do juiz da Vara da Fazenda Pública, em Feira de Santana. O governo alega que, para desapropriar e fazer com que o aeroporto funcione plenamente, teria de gastar R\$ 15 milhões, e que esse dinheiro, sendo gasto, vai deixar de ser investido em outros equipamentos da Bahia, como o Aeródromo de Jequié, como o Aeródromo de Jacobina, o Aeroporto de Conde, o Aeródromo de Luís Eduardo Magalhães, além de afetar outros projetos de melhorias e ampliação da malha viária.

Ora, nada contra o governo investir nesses outros equipamentos. Mas isso mostra a falta de comprometimento com o Aeroporto de Feira de Santana. E quanto à alegação

de que o Aeroporto de Feira de Santana fica próximo de Salvador, isso cai por terra, porque nós temos outros exemplos de aeroportos muito próximos pelo Brasil e que funcionam muito bem.

Então, o governo do estado dá uma prova de que não tem interesse no Aeroporto de Feira de Santana, que poderia perfeitamente auxiliar a macrorregião da cidade de Feira de Santana, poderia ser um aeroporto de carga e descarga, fazendo com que tivesse um auxílio o Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães. Mas isso não ocorre.

Então, eu tomo como surpresa que o governo assine um contrato e, depois, ele mesmo entre na justiça para que o que ele assinou nesse contrato não entre em vigor, não seja cumprido.

Então, Srs. Deputados, isso nos mostra que o governo da Bahia não tem interesse que o Aeroporto de Feira de Santana, o Aeroporto João Durval, possa funcionar. Esse é um aeroporto que tem enfrentado dificuldades para explorar o seu potencial, uma das principais dificuldades impostas pelo não cumprimento do contrato por parte do governo é a questão do muro do empreendimento, atualmente encontra-se cerca de 100 metros da cabeceira da pista, quando deveria estar pelo menos a 140 metros.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Essa diferença implica em restrições na utilização da pista de pouso e decolagem, causando prejuízos econômicos e operacionais.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

Com a palavra a deputada Olívia por 6 minutos; logo a seguir, o deputado Zó.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero saudar, aqui, o presidente Adolfo Menezes.

Subo a esta tribuna para saudar e agradecer ao governador Rui Costa que, ontem, inaugurou uma grande policlínica que vai atender à região, melhor, ao Território do Sisal. Ontem, em Serrinha, foi uma grande festa, uma grande expectativa para atender aos municípios da região como Monte Santo, Cansanção, Quijingue, várias cidades e vários municípios, com as presenças de prefeitas e prefeitos.

Estavam todos reunidos para, finalmente, receberem essa policlínica; o consórcio fazendo uma política nova na Bahia, uma política muito bem articulada, muito bem integrada, sob a liderança do governador Rui Costa, estabelecendo-se, no nosso estado, uma política de saúde, porque jamais houve a quantidade de hospitais que esse governo tem inaugurado, a quantidade de policlínicas para situações de média complexidade.

Vi, ontem, uma senhora emocionada diante da sala de tratamento do pré-diabetes, essa doença que, se tratada, quando tratada, as pessoas têm uma vida digna,

longa, que depende do atendimento. E, muitas vezes, a situação precária de cuidados no atendimento de acesso ao tratamento do pré-diabetes leva à amputação, à perda de membros do seu corpo.

Portanto, eu fiquei muito feliz de ter testemunhado, ao lado de diversas lideranças nossas, lideranças do campo, lideranças da agricultura familiar, da economia solidária que, também, vêm sendo atendidas com a política desenvolvida pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. E, ontem, essas lideranças se reuniram em torno, não só do governador Rui Costa, mas também do senador Jaques Wagner, celebrando, finalmente, a vinda daquele extraordinário equipamento que vai atender ao Território do Sisal.

Quero também, presidente, dizer desta tribuna e, ao mesmo tempo, fazer uma convocação da nossa militância e dos setores democráticos populares, para participar do grande ato pela democracia. Os movimentos Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, Frente Democrática estão organizando um movimento para o próximo 2 de outubro.

O Brasil não suporta mais este desgoverno de Jair Bolsonaro. É uma vergonha, uma vergonha mundial o que aconteceu no dia 7 de Setembro, um grande vexame. Nunca se viu um presidente convocar um ato que desestrutura, que só contribuiu para desestruturar, desequilibrar ainda mais o estado democrático de direito, a economia nacional. Presidente convocando greve de caminhoneiro, presidente insuflando setores da sociedade brasileira a guerrear contra outros setores da sociedade brasileira.

Jair Bolsonaro nunca desceu do palanque. Ele continua em cima do palanque! Ele não entendeu, não está à altura do cargo que ele ocupa. Ele não entendeu que, quando se ganha uma eleição, qualquer presidente tem que trabalhar para unir o país, e não para sabotar o país, para destruir o país. Este é um governo de destruição nacional.

Este é um país que caminha para 600 mil mortos, vítimas da Covid, porque teve um governo que não cuidou do seu povo, que não trouxe a vacina no tempo certo, que escolheu a propina em vez da vacina. Escolheu apostar no enfrentamento contra as normas sanitárias em vez de cumpri-las. E, hoje, a gente tem uma tragédia, uma tragédia de perda de vidas. São números de guerra acontecendo no Brasil.

Nós estamos tendo o exército de famélicos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pessoas que estão passando fome, sem ter o que comer. E o presidente, em vez de enfrentar a carestia com política pública ou programas nacionais de acolhimento e de desinvestimento na economia nacional, ele investe na destruição da nação, na destruição do país.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Portanto, fica aqui o nosso apelo de unir, numa grande frente ampla, todos os setores que têm compromisso democrático com o presente e com o futuro do nosso país.

No dia 2 de outubro, às ruas!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô...

Com a palavra o deputado Zó por 6 minutos.

O Sr. ZÓ: Presidente, eu tenho 36 anos de PCdoB, deputado Rosemberg. E, nesses 36 anos, inclusive antes de ser PCdoB, eu sempre tive uma única linha política, a mesma linha com a qual estou aqui, hoje, deputado Eduardo, o alinhamento com o Partido dos Trabalhadores, com o governador Rui, com o nosso futuro presidente Lula, com o nosso futuro governador Wagner.

E eu quero, primeiro, dizer que eu duvido que alguma região deste estado não tenha alguma ação do governador Rui Costa. Eu estou falando em alguma região, porque eu vejo toda semana o governador viajar e anunciar obra, seja de infraestrutura, de abastecimento de água, de saúde, principalmente, junto com a educação.

Alguém que descentraliza a saúde, como o governador Rui Costa, descentraliza e leva ações e atendimentos que não tinham no interior, deputado Rosemberg. Você sabe o que uma policlínica faz, deputada Olívia? É um negócio impressionante!

Antes, fazer uma ressonância no interior do estado era uma *via crucis* para quem precisava e, muitas vezes, para os políticos que tinham que meter a mão no bolso para ajudar a população. Hoje, as policlínicas atendem, têm ônibus para levar das cidades mais distantes até a policlínica, têm exames e atendimentos que, muitas vezes, não têm a qualidade e a estrutura que uma clínica particular tem.

Educação: o governador Rui Costa está anunciando escolas de primeiro mundo, com auditório, refeitório, estrutura para esporte e bibliotecas. Na nossa região, são várias. Anunciou agora em Uauá, anunciou a escola em Uauá e anunciou pavimentação e asfalto, apesar de o prefeito de lá, que é bolsonarista, com o seu grupo, não botar a marca do governador. Está, aqui, no anúncio.

Botou em Juazeiro, deputado Diego Coronel, o acesso para Abóbora; botou agora a duplicação da BA-210 na área interna; está fazendo um Mercado Joca; tem o Campo da 1º de Maio para fazer com o gramado sintético; reforma em diversas escolas.

Infraestrutura: a BA-210 está praticamente... de Sento Sé, que ainda precisa de um reparo, de Juazeiro até Paulo Afonso. Se você chegar à região de Casa Nova, já fez Pau a Pique, já fez Bem Bom. Agora, anunciou mais de 18 milhões, deputado Robinson, de pavimentação em quatro cidades: Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado e Campo Alegre. E nós estamos levando ações ainda para Sento Sé, Sobradinho, Rodelas e Macururé.

Eu estou aqui e daqui não saio! Vou repetir isso! Eu estou aqui e daqui não saio! Digo isso porque eu conheço as estradas da Bahia antes dos governadores Wagner e, depois, Rui Costa. Eu conheço a estrutura da Polícia Militar e da segurança antes e depois do nosso grupo.

Por isso, se quiser discutir aqui o que falta, nós discutimos, mas, principalmente, nós vamos discutir também o que foi feito por a gente, pelos nossos governos, porque é muito fácil, deputado Jacó, apontar.

Mas eu duvido que as pessoas que aqui falam não estejam rodando em estradas melhores do que eram, a não ser que rodem de avião, a não ser que elas viagem de avião. Como eu só viajo de carro, até para vir de avião agora para Salvador, avião de carreira de Petrolina a Salvador, já está difícil, porque ficou caro e com pouca oferta de voo. Mas nós, Jacó, que rodamos de pé... e você sabe a estrada entre Morro do Chapéu e o Batata, como ela era.

Deputado Bobô, que está aqui, sabe também como era sair de Jacobina e ir para Bonfim. Tinha que fazer, rodear por Capim Grosso. Hoje, vai por dentro, passando por Saúde, Caém, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, chegando até Senhor do Bonfim. A viagem encurta, pastor Carlos Ubaldino, meu colega deputado, 50 quilômetros. Nós deputados, que andamos muito sobre rodas, sabemos como era. Então, gente, é preciso fazer a leitura correta aqui e falar a verdade. Nós do Norte do estado da Bahia, região de Juazeiro, de Bonfim, de Jacobina, de Paulo Afonso, temos muito a agradecer ao governador Rui Costa.

Agradeço, governador, por tudo que tem feito pela nossa região, pelo nosso povo. Você pode contar comigo e com o nosso partido como aliados, porque a gente sabe como é que a gente vivia antes.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Euclides, você que anda muito para Sento Sé, pois tem muitos amigos e muitos votos lá, antes do governador Wagner e do governador Rui tinha uma placa na divisa ali entre Petrolina e Casa Nova. Sabe o que essa placa dizia: “Sorria, você saiu da Bahia”. Isso porque, na hora que saía da divisa de Petrolina até chegar a Pilão Arcado e Campo Alegre, era só buraqueira.

Hoje não é mais assim, não. Por isso que eu, como deputado, como cidadão sertanejo, como são-franciscano, tenho de dar o meu testemunho de que o governador Rui Costa já fez muito e está fazendo mais. E em 2023 nós vamos continuar fazendo com o próximo governador eleito pelo nosso grupo.

Por tudo isso, eu queria deixar o meu agradecimento e o meu testemunho das ações importantes que o governador Rui Costa tem feito pela Bahia, principalmente por Juazeiro e pela região onde eu moro, a Região Norte da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, inicialmente, por 3 minutos, o deputado Paulo Câmara. Em seguida, por 7 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 3 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos das galerias, imprensa, eu quero aqui, Sr. Presidente, alertar mais uma vez esta Casa para o que vem se passando com os permissionários e com todos aqueles que vivem no entorno da Ceasa.

Estive hoje, mais uma vez, acompanhando de perto o drama daquelas famílias. Haverá uma audiência pública – segundo informações das pessoas que ali se encontram – nesta quinta-feira. Mas essa audiência pública, deputado Euclides, está limitada a 300 pessoas, embora um decreto do governador limite em até mil pessoas. Pasmem, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, a população não poderá falar nessa audiência.

Como é que se faz uma audiência pública em que o interessado não pode ter direito à palavra? Vai ser ouvido somente o que o governo tem a propor. Isso não é audiência pública, não pode ser tratada como audiência pública, pois será apenas para o governo dizer que vai cumprir os requisitos que foram apresentados, e depois justificar o ato da secretaria. Isso não é correto. Quero aqui alertar mais uma vez esta Casa.

Sou a favor da concessão pública, acho que a Ceasa precisa de uma reformulação, mas as pessoas precisam ser respeitadas. São quase mil permissionários que ali vivem há mais de 35 anos e dependem das atividades que exercem naquele local. São também quase mil famílias que vivem no entorno da Ceasa. E não há perspectiva de futuro para todas essas pessoas.

Tomei um choque hoje quando eu vi que essa audiência pública, que tinha sido adiada devido à manifestação feita 15 dias atrás, foi agora marcada de maneira repentina para esta quinta-feira. E os permissionários não vão ter vez e voz ao microfone?! E depois a secretaria vai dizer que cumpriu o que está no edital?! Não me venham com essa resposta.

Então, antes que aconteça, já estou aqui pela segunda vez relatando os atos que o governo vem cometendo de maneira açodada. Até parece que é o fim do mundo. Vamos fazer a coisa *pari passu*, obedecendo ao que determina o edital e, acima de tudo, respeitando aquelas quase 2 mil pessoas que ali se encontram.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Era esse o meu registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez pedindo a paciência, a compreensão e, acima de tudo, o respeito do governo para com aquelas pessoas que ali se encontram.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, pelos 7 minutos restantes, o deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, venho a esta tribuna para trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, das Sr.^{as} Deputadas e de vocês cidadãos que nos assistem por esta Bahia afora, que no

mês passado, Sr. Presidente, eu estive participando de uma audiência pública lá na Câmara de Vereadores de Várzea da Roça. E como presidente da Comissão de Meio Ambiente, nós também tínhamos uma agenda para visitar a Barragem de São José do Jacuípe.

Pela manhã, tivemos essa audiência pública, na qual contamos com a participação do vereador Sandro Oliveira, que foi o autor dessa audiência. Estavam presentes vários prefeitos daquela região, como os de Várzea da Roça e de Capim Grosso. Sr. Presidente, é preocupante a situação em que essa barragem se encontra. Ela, que foi construída no tempo do governador João Durval Carneiro, é a terceira barragem da Bahia em volume de água, mas hoje está com menos de 4% de água. E essa barragem é fundamental para a sobrevivência de mais de mil famílias daquela região.

Srs. Deputados, eu trago aqui a relação dos Srs. Parlamentares que foram votados naquela região, porque essa barragem, tendo suporte da transposição do Rio São Francisco, vai atender a 44 municípios, Sr. Presidente. Esses 44 municípios, deputados, correspondem a mais de 1 milhão de pessoas que moram naquelas áreas.

Presidente Adolfo Menezes, trago aqui essa notícia porque nós, diante de uma situação tão grave, não podemos misturar as divergências políticas. Se o cidadão não tem água para beber, não vai sobreviver. E temos uma solução, deputados. Também esteve presente nessa audiência pública o representante da Codevasf, o Dr. Sérgio Matos, e ele apresentou a esse deputado o Canal do Sertão Baiano, que corresponde ao atendimento a essa barragem e a 44 municípios.

E aí, Srs. Deputados, nós temos de unir forças, porque, segundo o representante da Codevasf, Dr. Sérgio, o novo ministro do MDR, Rogério Marinho, ainda não conhece esse projeto do Canal do Sertão Baiano. Então, nós precisamos levar essa proposta para que ele conheça.

Aqui eu preciso citar os nomes dos Srs. Deputados que foram votados naquela região: Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício, Fátima Nunes, Jânio Natal, Jurandy Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Mirela Macedo, Neusa Cadore, Niltinho, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg, Sandro Régis, Tiago Correia, Tom Araujo, Tum, Vitor Bonfim e Zó. Todos esses deputados foram votados na região daqueles 44 municípios.

E aí, mantendo contato com o presidente da UPB, o ex-deputado e agora prefeito de Jequié, Zé Cocá, nós realizaremos, deputado Rosemberg, dia 29, uma audiência pública na UPB para que seja apresentado esse projeto Canal do Sertão aos Srs. Deputados estaduais e federais. Nós temos de deixar a divergência política de lado, pois temos de buscar meios para que essas famílias possam sobreviver. Se não tomarmos medidas para que esse Canal do Sertão, que é a transposição do Rio São Francisco, possa chegar para resolver o problema da Barragem de São José do Jacuípe, mais de 1 milhão de famílias terão dificuldade de sobrevivência.

Então, Srs. Deputados, faço aqui esse apelo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que vocês possam estar presentes. Vou mandar um convite a todos os Srs. Deputados. Também vamos a Brasília, onde está sendo agendada uma audiência com o ministro Rogério Marinho, para que ele possa conhecer o projeto Canal do Sertão Baiano, buscando a participação do ministério para que esse problema seja solucionado.

Esse problema da Barragem de São José do Jacuípe tem de ser abraçado por esta Casa e também pelos deputados federais, pelos senadores e pelo governo do estado.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PL para falar ou indicar o orador. (Pausa)

Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Jacó. Em seguida, também por 5 minutos, falará o deputado Robinson Almeida.

Antes de o deputado Jacó iniciar suas palavras, o deputado Sandro, vendo que se excedeu aqui no seu pronunciamento – isso é louvável –, pede para as taquígrafas retirarem o termo “cara de pau” do seu pronunciamento.

Com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, imprensa, *TV ALBA*, turma que está aí na tribuna, pessoal de apoio, aquele abraço a todos.

Queria relatar, Sr. Presidente, que estive na Região Norte do estado, em Paulo Afonso e Abaré, nesse final de semana. E quero aqui parabenizar o povo daquela terra, em especial a vereadora Evinha, de Paulo Afonso, que tem feito um trabalho extraordinário. Uma mulher de luta que, no seu primeiro mandato, já está fazendo a diferença naquela casa.

Para surpresa do povo daquela terra, ela e outros vereadores, fiscalizando os atos do Executivo, se depararam com uma situação grave em relação aos recursos para o combate ao coronavírus no município.

Para vocês terem ideia, uma empresa foi usada para comprar respiradores... Foi num processo de licitação para compra de respiradores. Naquele município, para compor um processo, estão utilizando empresas fantasmas. Você avalia.... Um processo de mais de R\$ 300 mil para comprar respiradores usados, para comprar um aparelho de raios X, e usam uma empresa fantasma.

Em outro processo, compraram testes rápidos com dispensa de licitação, inclusive. E uma das empresas que concorreram nesse processo tem o endereço onde funciona um hotel de cachorro. Você avalia a situação desses processos licitatórios. A

Câmara de Vereadores e a vereadora Evinha têm feito esse trabalho – a imprensa também – para chamar a atenção da sociedade com relação a esses descasos.

Só para vocês terem uma ideia, os testes rápidos custaram R\$ 744 mil. Cada um custou R\$ 124. E uma empresa que concorreu nesse processo é um hotel de cachorro. Imagine!

Em outro processo para compra de respirador usado e de um aparelho de raios X, utilizaram uma empresa fantasma para justificar essa compra. Isso é grave. A população de Paulo Afonso cobra esclarecimentos, a sociedade exige esclarecimentos.

Quero aqui, em público, parabenizar o trabalho, a atuação da vereadora Evinha e de todo o Legislativo, que estão cumprindo o seu papel. O Poder Legislativo precisa, sim, fiscalizar esses recursos. Por isso, quero aqui, repito, parabenizar a vereadora Evinha, toda a Câmara Municipal e o povo de Paulo Afonso.

Sr. Presidente, queria também dizer que fui a Senhor do Bonfim, onde estive reunido com a Associação dos Espadeiros daquela terra, que me apresentou uma grave situação. O problema é que as espadas estão sendo consideradas como explosivos, e assim os espadeiros estão sendo criminalizados.

O São João está no sangue, na vida de Senhor do Bonfim. Em todos os moradores daquela terra pulsa o São João. Pela primeira vez, ali naquela terra, um espadeiro foi condenado pela Justiça. Dizem que as espadas servem para explodir bancos. Isso é grave.

Queria aqui chamar a atenção do Ministério Público, porque existe uma norma do Exército Brasileiro que classifica as espadas como fogos pirotécnicos, e não como arma, porque o manejo e a confecção não são com material explosivo. E a gente precisa parar com isso aqui no estado. Isso acontece não só em Senhor do Bonfim, mas também em Cruz das Almas e em outros municípios. Em todos esses lugares o Ministério Público está perseguindo, de forma implacável, os soltadores de espada.

Então, queria prestar toda a minha solidariedade e dizer que vamos fazer uma audiência pública aqui nesta Casa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para debater esse problema.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu queria dizer uma coisa: nada melhor do que um dia atrás do outro. Eu queria ver aqui os deputados fazerem mea culpa. O Sr. Léo Pinheiro, que teve a sua delação premiada utilizada por Moro para condenar Lula, naquela campanha de perseguição implacável, escreveu uma carta, de próprio punho, inocentando o presidente.

E agora aquele processo, o 19º, foi para o arquivo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Faz 5 anos daquele PowerPoint, a imprensa se lembra muito bem disso, e todas aquelas acusações, uma a uma, foram anuladas, foram derrubadas, porque aquela operação era uma organização criminosa que afetou, que atingiu o Estado brasileiro. O seu objetivo era tirar Lula da disputa eleitoral, era destruir o Partido dos Trabalhadores.

Passados 5 anos, quem está destruído é este país. Destruíram o Brasil, e Lula está mais vivo e mais forte do que nunca. O Partido dos Trabalhadores está mais vivo e mais forte do que nunca. E a galera se prepare, pode tomar um chazinho de laranja. Não adianta mentira, não adianta agressão, porque Luiz Inácio Lula da Silva, com certeza, será o próximo presidente da República deste país, porque o povo não aguenta mais tanta perseguição, tanta miséria, tanto desprezo pela vida humana.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida pelos 5 minutos restantes.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham nas galerias, imprensa que nos acompanha também pela *TV ALBA*, eu queria registrar, Sr. Presidente, na data de hoje, que no próximo sábado Feira de Santana completa 188 anos de sua emancipação. E o governador Rui Costa vai amanhã àquela cidade para, como sempre, inaugurar obras e anunciar investimentos importantes.

Amanhã, Feira de Santana vai ganhar uma unidade do Hemoba – que é uma referência na coleta e na transfusão de sangue –, equipamento importantíssimo na área de saúde. Portanto, Feira vai abrigar mais uma unidade do Hemoba no nosso estado.

Além disso, o governador vai anunciar investimentos, nada mais nada menos, de R\$ 35 milhões na ampliação de escolas estaduais de Feira de Santana. Serão novos complexos escolares e esportivos, construção em várias unidades de quadra coberta, de auditórios, de pista de atletismo.

O governador vai dar um verdadeiro banho de loja na rede estadual de ensino de Feira de Santana, com investimento nunca visto na história do município. Além disso, o governador vai anunciar a parte final do projeto para a construção do Hospital Clériston Andrade 3, Clériston Andrade 3, deputado Zó! Quando Wagner assumiu, Feira de Santana tinha o Clériston Andrade, que era chamado de açougue por causa do tratamento indecoroso que era dado ao povo. O governador Wagner recuperou e estruturou essa unidade importante para a saúde da Bahia. O governador Rui Costa construiu o Clériston Andrade 2; e agora vai construir o Clériston Andrade 3.

Eu arrisco dizer que nunca houve, nos 188 anos de Feira, governos que mais investiram na cidade do que os governos de Wagner e de Rui. O Hospital Estadual da Criança é uma realidade para todo o Nordeste; a Avenida Nóide Cerqueira, a maior avenida do interior do estado da Bahia; a oferta de água tratada de qualidade chega a 97% da população; esgotamento sanitário para 65% da população de Feira de Santana; a Lagoa Grande é o maior equipamento público de lazer e entretenimento do interior da Bahia, com investimento de mais de R\$ 100 milhões.

Então, Feira de Santana recebeu e recebe dos governos do PT, tanto dos de Wagner quanto dos de Rui, um tratamento digno da segunda cidade do estado, da cidade mais importante do interior da Bahia. E novamente o governador vai estar em

Feira amanhã. Aproveito para convidar todos a comparecerem a essa inauguração, que acontecerá às 9 horas da manhã, quando o governador também anunciará importantes investimentos naquele município, que tem contado com a colaboração ativa do governo do estado para poder crescer, desenvolver e prosperar.

Infelizmente, não é o prefeito um parceiro do governo do estado, não contribui para que a gente tenha uma sinergia positiva e Feira possa ganhar ainda mais. Mas, com todas as dificuldades dessa interlocução, o governador é muito bem avaliado em Feira de Santana porque sempre fez muito por essa cidade e vai continuar fazendo.

Quero registrar ao final, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que ontem, em Serrinha, o governador inaugurou a 21ª policlínica, um equipamento importante para levar a saúde para mais perto das pessoas, e é um *case* de sucesso. Hoje é referência para todo o Brasil a nossa experiência na área de saúde com as policlínicas.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Além disso, hoje acompanhei o governador, pela manhã, no bairro de Marechal Rondon, com investimentos em torno de R\$ 50 milhões para fazer macrodrenagem, obra de infraestrutura, contenção de encostas. Então, é um governador que, mesmo tendo a retaliação de Bolsonaro, do governo federal, não para de trabalhar pela Bahia na capital, no interior, fazendo obras em diversas áreas e investimentos.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Parabéns, governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 6 minutos, o deputado Alex Lima. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre líder... Deputado Alex, me ouviu?

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Por todo o tempo, o deputado Capitão Alden.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por todo o tempo, Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, senhores e senhoras, muito boa tarde a todos. Eu não estava inscrito, mas solicitei essa inscrição por conta de uma reportagem que eu acabei de tomar conhecimento. Foi publicado no *Aratu Online*, está disponível para quem quiser consultar, o seguinte título: (Lê) “*Secretário atribui morte de PMs ao aumento de efetivo, defende regulamentação das drogas e diz que ‘ricos’ financiam tráfico*”.

E aí vou ler aqui alguns trechos dessa entrevista que o secretário da Segurança Pública, pasmem, secretário da Segurança Pública, declarou no jornal de hoje: (Lê) *“Quanto mais policial na rua, mais o risco de morte acontece. Eu atribuo a isso. É a única explicação que encontro para a morte de policiais. Infelizmente é a maior vítima dessa guerra. Depois, é o traficante, que também é uma vítima”*.

Que coisa linda! O secretário da Segurança Pública disse que o traficante é uma vítima, assim como o policial! Se o policial, no exercício do seu trabalho, está morrendo, está sendo abatido diariamente, não é uma vítima, mas o traficante é. Esse é o secretário da Segurança Pública que chama um traficante, vagabundo, criminoso, de vítima da sociedade, não o policial que está diariamente lutando para garantir a nossa segurança, a segurança de todos nós que estamos em casa.

E não para por aí, não, tem mais. Eu achei que tinha parado, olha o que ele fala: (Lê) *“É ir para rua e não morrer”*. Esse é o conselho que o secretário da Segurança Pública dá para os policiais: *“Vá para a rua e não morra!”* Mas o que é isso? *“Não há nada para fazer!”* Então, para que cargas d’água o secretário da Segurança Pública está no cargo? Fazendo o quê? Se ele, como secretário, diz que nada mais pode fazer, qual é o papel dele na Secretaria da Segurança Pública do estado da Bahia? Respondam-me.

Aí continua: (Lê) *“Eles têm autorização legal para matar quem agride eles. Não tenho mais nada para fazer, só se fosse inventar”*. Mas é isso que o governo do estado tem feito, este governo tem feito, inventado, tem brincado de fazer segurança pública.

Todas as vezes em que eu leio aqui relatórios... Não sou eu quem estou dizendo, não, é o Anuário da Violência, publicado sexta-feira. Não é o capitão Alden que está dizendo, não, é o Anuário de Segurança Pública, publicado pelo Fórum da Violência, dizendo que a Bahia, no ano passado, teve 6.700 assassinatos. Digo e repito, não é o deputado Capitão Alden que está aqui falando, é o Anuário da Violência, publicado na sexta-feira.

Ah, não! Não acreditam no Anuário da Violência? O Atlas da Violência estabelece que a Bahia é o estado nº 1 do Brasil em número de assassinatos. Aliás, V. Ex.^{as} sabem quantos assassinatos a Bahia já teve até a presente data? Setembro: 8 assassinatos na Bahia somente no mês de setembro. De janeiro a setembro deste ano, 1.395 assassinatos. Isso é ou não é uma guerra? Desde a gestão deste governo, há quase 16 anos, sabem quantos assassinatos, meus caros amigos parlamentares? Foram 89.587 assassinatos na Bahia. Isso é ou não é uma guerra?

Aí o secretário vem a público e diz que nada pode fazer, que o policial militar morre, é uma fatalidade. *“Vá para a rua e sobreviva!”*, esse é o recado que os policiais militares que estão em casa aguardando do estado a proteção jurídica, o amparo legal, o respaldo legal, a atuação da força pública em favor dessas categorias, têm de ouvir? É isso que o pai e a mãe de policiais que morreram assassinados, abatidos nesse final de semana, querem ouvir? Não é isso, não, Sr. Secretário. Os policiais militares, os bombeiros militares, os policiais civis... Aliás, eu vou lembrar à memória dos senhores, caso os senhores não saibam: a Bahia é o terceiro estado do Brasil em número de policiais mortos. Terceiro estado do país.

E quais são os números da Bahia? Vamos lá! Tem aqui: 22 policiais militares assassinados na sua folga; Bahia, 7 policiais militares mortos em serviço; Bahia, 1 policial civil em serviço e mais 10 de folga, totalizando 40 policiais mortos somente na Bahia. E aí, secretário, vai dizer o que para as famílias desses policiais? Vão para as ruas e sobrevivam? É isso que eu quero ouvir de um secretário da Segurança Pública? É isso que os pais e as mães, os filhos, os parentes, amigos devem ouvir de um secretário da Segurança Pública? Se eu fosse secretário, amanhã entregaria o meu cargo, porque da maneira que eu digo que nada tenho a fazer, “vá para a rua, combata o crime, se virem!”... Porque o que ele quis dizer foi isso: “Se virem, vocês têm o poder legal para matar”, como ele mesmo disse aqui na reportagem.

Policia! militar não mata, policia! militar reage à injusta agressão, se necessário for, matando. Se necessário for, Sr. Secretário. Aliás, o senhor é juiz de direito, deveria saber disso.

Fica aqui o meu repúdio às palavras desse “secretário”, entre aspas, da Segurança Pública. E eu tenho certeza absoluta de que a verdade irá persistir, irá estar ao lado sempre desses policiais que correm, dão as suas vidas, estão nas ruas diariamente para garantir a nossa, nós que estamos aqui no conforto do lar, no conforto dos trabalhos.

Essa não é a resposta, Sr. Secretário, que os policiais esperavam ouvir do senhor. O que eles esperam é uma força-tarefa, é a união de todos os poderes constituídos para dar respaldo às ações dos policiais, para partir para cima dessa bandidagem que, simplesmente, se aproveita da legislação leniente, da falta de atuação do Estado, e respaldo jurídico a esses policiais civis e militares, que estão todos os dias, digo e repito, sendo abatidos, principalmente por conta deste governo omissivo, que tem se omitido em relação aos principais direitos e garantias dos policiais.

Cadê a insalubridade, cadê a periculosidade que não pagam a esse policia! ? Reconhece que ele corre risco, reconhece que é uma fatalidade ele morrer, mas não reconhece insalubridade e periculosidade, que está tramitando nesta Casa, inclusive.

Então, senhoras e senhores, mais uma vez, eu repudio aqui as palavras do secretário e espero em Deus que amanhã ele acorde com a lucidez que está lhe faltando hoje e diga: “Entrego o meu cargo de secretário de Segurança Pública”, porque esse homem, do jeito que está, não tem condições morais de continuar secretário da Segurança Pública com os números da violência do jeito que estão e da forma como ele tem tratado os policiais militares. Sequer visitou um quartel! Desde o dia em que tomou posse como secretário, até hoje, mesmo eu oficiando diversas tentativas de encontro com o secretário, até hoje eu nunca fui ouvido. Não teve sequer a humildade de recepcionar um policia! militar de 20 anos de serviço para orientá-lo, para auxiliá-lo. Porque eu quero contribuir, eu tenho informações que poderiam ajudá-lo, contribuir para reduzir, quem sabe, esses números da violência, mas ele não quer ouvir. Pena, lamentável!

Então, que fique aqui o meu repúdio. Fica aqui minha solidariedade a todos os policiais militares, seus familiares e amigos. E contem comigo, porque, de fato, nós

somos a voz que jamais será calada em defesa das garantias dos direitos dos policiais civis militares e bombeiros militares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

Com a palavra o líder Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, primeiro, queria, Sr. Presidente, dizer que todos nós, inclusive Marquinho Viana, estivemos nesse instante perguntando sobre a situação de Tom Araujo. Quero, aqui, independentemente das nossas diferenças políticas... mas todos nós estamos torcendo, Sandro Régis, pelo restabelecimento dele. É um grande colega que, na nossa Assembleia Legislativa, sempre teve um papel apaziguador, e torcemos bastante, tenho convicção de que ele vai sair dessa e rapidamente estará aqui entre nós.

Queria, meu querido amigo Sandro Régis... Até estranhei a vossa fala, e depois, quando V. Ex.^a pediu para retirar das notas taquigráficas as expressões que foram colocadas aqui, eu fiquei muito feliz, porque iria exatamente colocar aqui para apreciação de V. Ex.^a a retirada dessas expressões. E você já fez isso antes.

Quero parabenizá-lo porque realmente a gente tem tido aqui um debate de alto nível, e às vezes, mesmo sem querer, a gente acaba colocando algumas palavras, e isso não ajuda do ponto de vista do debate democrático.

Mas eu quero, Sr. Presidente, colocar aqui o estranhamento com relação às palavras de dois colegas: o Capitão Alden e o meu querido amigo deputado Robinho. Primeiro, eu estranhei porque o deputado Robinho fala do governo como se ele e o partido não fossem do governo. Ainda hoje, pela manhã, o ex-prefeito, ex-deputado, secretário-geral do PP, deu uma declaração pública dizendo: “O PP não apoia o governo, o PP é o governo, está no governo, construiu esse governo”. Então, diferentemente de um filiado do PP, que faz uma crítica extremamente ácida com relação ao governo, o secretário-geral do partido o descredencia em público, falando que o PP é o governo. Então, eu estranhei.

E quero dizer aqui, sou de uma região, lá de Itapetinga, Macarani, Itororó, do Médio Sudoeste, Itarantim, Potiraguá, Maiquinique, Iguai... Só quem não passa lá não pode fazer algumas colocações do ponto de vista das estradas. Agora mesmo nós estamos concluindo lá a estrada que liga Maiquinique a Mangerona, um distrito de Macarani, e logo, assim que terminar, já estará engatilhada uma nova licitação para fazer a do distrito de Mangerona à cidade de Itapetinga. Com isso, conclui-se um anel que sai da entrada de Itororó, vai a Potiraguá, passa por Itarantim, passa por Maiquinique e retorna a Itapetinga totalmente restaurada, faltando apenas a parte de Mangerona a Itapetinga.

Recentemente nós estivemos juntos lá inaugurando a estrada que liga Potiraguá à BR-101, são 55 quilômetros de estradas que foram recuperadas pelo governador Rui Costa.

Fizemos a estrada que liga Poções a Ponto de Astério. Totalmente recuperada. É como alguém disse aqui, não me lembro se foi Zó ou Jacó: só se as pessoas estão visitando a cidade de avião, de helicóptero, porque, por estrada, a minha região dá um banho de estradas positivas. Lógico que precisa melhorar algumas delas.

E a outra coisa, deputado Alden: eu estava presente hoje durante a fala do secretário de Segurança Pública. Em momento algum, ele fez qualquer comparação ou alusão a criminosos, a bandidos. Muito pelo contrário, ele diz que a Polícia Militar deve agir a rigor da lei. E eu entendo a fala do deputado Alden, é que ele é da escola do Jair Bolsonaro, que tem a milícia como a sua maior referência, acha que as pessoas e a polícia devem sair matando outras pessoas sob a alegação de que está fazendo segurança pública.

O Sr. Zó: Deputado Rosemberg, me dê um aparte.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Segurança pública não se faz matando pessoas, principalmente pobres, negros, mulheres, que são as maiores vítimas da violência, da falta de emprego, da falta de programas sociais, que o governo federal tirou, grandes programas sociais que davam à juventude a oportunidade de não escolher o caminho das drogas, o caminho na tentativa de arrumar uma graninha para levar comida para dentro de casa.

Então, nós estamos falando de conceitos de segurança pública. Eu quero uma segurança pública em que não morram policiais, em que não morram os cidadãos e que as pessoas tenham a oportunidade de ter emprego, de ter oportunidades de sobrevivência. E não! A segurança pública do “manda quem pode, obedece quem tem juízo” ou do “bandido é na pistola” e tal, não! Eu quero uma sociedade em que não se tenha a necessidade de se cultivar a marginalidade.

Aqui há uma diferença de conceito de sociedade e de conceito de segurança pública. Por isso, eu quero lamentar, não foi essa a fala do secretário de Segurança Pública, muito pelo contrário, foi uma fala extremamente equilibrada, defendendo a Polícia Militar, defendendo a Polícia Civil e reafirmando que a Polícia Civil e a Polícia Militar agem dentro da legalidade. Ele reconhece, na sua fala, que é possível se ter alguns excessos, mas esses excessos não são a regra geral da Polícia Militar e nem da Polícia Civil. Foi esse o discurso que eu ouvi, porque eu estava presente hoje, pela manhã.

Então, meu querido amigo Zó – eu vou te dar um aparte – eu acho que nós precisamos é entender. E quando o governador fala sobre custódia, o governador não está defendendo, jogando a responsabilidade para os outros. Mas as audiências de custódia a que ele se referiu e foram tratadas aqui, nesse púlpito, hoje, essas audiências de custódia não podem – é disso que ele reclama – é que alguém que é preso com um fuzil, contrabandeado sabe lá de quem, em uma audiência de custódia, sob qualquer argumentação, essa pessoa às vezes é liberada. É isso que o governador questionou corretamente. Uma coisa é um jovem que, por fome, por necessidade, entra no

supermercado e pega 1 quilo de feijão, pega um pedaço de pão para comer. A outra coisa é alguém que se arma para sair às ruas para matar ou para morrer, em uma ação extremamente deslocada do conceito de sobrevivência. É nisso que nós temos diferenças conceituais sobre segurança pública.

Deputado Zó.

O Sr. Zó: Como o tempo está curto, Rosemberg, eu queria somente fazer duas perguntas, e talvez eu mesmo possa responder, e deixar essa indagação: o vizinho do presidente que foi pego com dezenas de fuzis, foi preciso atirar nele? Ele está preso? Entendeu? O “helicoca”, o helicóptero cheio de cocaína, com 500 quilos de cocaína, foi preciso dar tiro?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ele está preso?

Então essa discussão tem que ser feita. Agora, com os pretos e os pobres a abordagem é diferente. Essa discussão de abordagem tem de ser feita. Porque o senador, o helicóptero dele foi pego com cocaína... Não sei nem se houve audiência de custódia para ele, porque ele não foi preso. E o homem que foi pego com os fuzis, o vizinho do presidente miliciano Bolsonaro? Deu em quê, cheio de fuzis? Agora fica falando abobrinha na tribuna, rapaz... Respeite! Pare com isso!

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Concluindo, Sr. Presidente, eu quero apenas dizer que, hoje, nós teremos aqui a votação da indicação, pela Mesa Diretora desta Casa, do deputado Nelson Pelegrino à condição de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. Quero aqui agradecer a todos os deputados da Comissão de Constituição e Justiça – sejam eles da Base do Governo, sejam da Base da Oposição – que, por unanimidade, votaram e aprovaram o relatório apresentado na Comissão de Constituição e Justiça, depois da oitiva do deputado licenciado Nelson Pelegrino. E eu tenho convicção de que nós também teremos aqui, no Plenário desta Casa, uma votação unânime para que a gente possa apresentar também mais uma representação desta Casa no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei nº 24.239/2021, que altera a Lei nº 12.600, de 21 de novembro de 2012, na forma que indica.

Na última sessão, o parecer foi lido pelo deputado Jacó, que foi o relator. O Soldado Prisco pediu vista e agora o projeto está para votação. Antes de colocar em votação, questão de ordem do deputado Roberto Carlos.

Deputado Roberto Carlos? Deputado Roberto Carlos, me ouve? O deputado Roberto Carlos não consegue entrar, infelizmente.

Em votação o projeto que eu acabei de citar, nº 24.239/2021, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. O deputado Hilton Coelho solicitou tempo para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton, para discutir.

O Sr. HILTON COELHO: Subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para me contrapor fundamentalmente a uma lógica que nós precisamos evidenciar aqui em relação à questão da segurança pública. Nós sabemos das dificuldades do quadro da segurança pública, especialmente da segurança pública em geral, mas muito especialmente em relação à polícia investigativa. O nível de investimento, infelizmente, na investigação, no estado da Bahia, é baixíssimo. É um nível de investimento que corrobora com todos esses dados aqui da taxa de homicídio, porque simplesmente o percentual de processos que chegam até o final e conseguem chegar aos verdadeiros culpados é muito baixo.

Infelizmente, esse é um dado do Brasil, e a Bahia se destaca em relação a essa baixíssima resolutividade em relação aos casos de homicídio. E isso passa necessariamente por uma situação de desnutrição, de retirada de investimentos na nossa polícia investigativa.

Portanto, ditas essas palavras, Sr. Presidente, precisamos discutir como esse projeto impacta, como a sua aprovação vai impactar na questão da polícia investigativa no estado da Bahia. Ele visa prorrogar a possibilidade de os delegados prestarem o serviço como delegados em municípios onde eles não estão lotados. É como se fosse uma espécie de tapa-buraco em relação à situação de deficiência completa no quadro das polícias civis. Eu arrisco dizer, inclusive, principalmente em relação a investigadores, em relação a técnicos e em relação a escrivães.

Para nós, é preciso que esse conjunto de profissionais tenha a possibilidade de nos diversos municípios ter o serviço sendo prestado a fim de que a investigação seja fortalecida, para que a gente consiga reverter esses dados ou pelo menos avançar em relação a esses dados da violência na Bahia e não apenas investimento no policiamento ostensivo.

Mas o projeto visa fazer que alteração? Esse tipo de possibilidade de o delegado cumprir plantões em municípios que não tenham o efetivo, não tenham o quadro de servidores, ali, da Polícia Civil, ele tem validade apenas de 1 ano. Ele só pode ser efetivado no espaço de tempo de 1 ano. O projeto vai criar uma situação *ad infinitum*. E *ad infinitum* não apenas para os delegados, mas também para o conjunto dos peritos técnicos, dos escrivães e dos inspetores. Por que isso vai acontecer? Porque esse delegado que tem de cumprir o serviço em outras cidades precisa levar também uma equipe que geralmente é forçada a fazer esta movimentação

Então, o que nós precisamos é que o quadro da Polícia Civil seja ampliado, que nós tenhamos concurso público, que nós tenhamos um quadro, inclusive, de escrivães, de peritos técnicos e de inspetores que se respeite o salário de nível superior, respeite-se a carreira de nível superior que já está definida em lei, mas que não tem no governo

o reconhecimento do ponto de vista remuneratório. Ou seja, nós precisamos de uma valorização da carreira e não ampliar esse tapa-buraco que só precariza o serviço e vai prorrogar ainda mais essa situação de uma verdadeira agonia em que está mergulhada a Bahia, especialmente em relação aos casos de homicídio.

Então, é em função disso, Sr. Presidente, que o nosso voto será contrário. Nós somos contra essa precarização da Polícia Civil da Bahia. Nós queremos uma polícia investigativa que consiga cumprir o seu papel, que nós tenhamos a possibilidade de pensar no homicídio na Bahia como algo que pode, realmente, sofrer uma punição, e não essa situação de desestruturação completa da polícia investigativa que só fortalece a ideia de um estado militarizado, baseado em uma polícia que é uma polícia opressora contra a maioria da população, uma polícia que não consegue fazer o seu trabalho mais esmiuçado, mais refletido, mais voltado à perspectiva da aplicação da inteligência. Queremos, portanto, uma polícia que tenha um papel de fortalecer a perspectiva do ambiente de segurança social, especialmente nos bairros de periferia dos grandes centros urbanos da nossa Bahia.

E, nesse sentido, quero registrar aqui de antemão que o nosso voto será contrário a esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Alô, alô.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei nº 24.239/2021.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 24.239/2021

Altera a Lei nº 12.600, de 28 de novembro de 2012, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 2º do art. 3º da Lei nº 12.600, de 28 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-

.....

§ 2º - A designação de que trata o § 1º deste artigo poderá ser prorrogada, em caráter excepcional, por ato motivado do Delegado-Geral da Polícia Civil, sempre que

a manutenção do exercício cumulativo se mostrar imprescindível à prestação do serviço.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo. É o Requerimento nº 9.761/2021, de procedência da Presidência desta Casa. É a indicação do ex-deputado, quer dizer, atual deputado e hoje secretário, Nelson Vicente Portela Pelegrino para integrar o quadro de conselheiros do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

De acordo com Regimento Interno e a Constituição Estadual a votação é secreta. Será pelo painel dos deputados aqui presentes e pelo sistema SevWeb para os deputados que se encontram em outras dependências ou nas suas residências, fora desta Casa.

Para encaminhar a votação, eu passo a palavra para o deputado líder do Governo e para o líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Paulo Câmara: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É o de Nelson.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, eu vou passar a palavra. Um minuto só, deputado Sandro.

Deputada Maria del Carmen para encaminhar.

É isso, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu vou encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Rosemberg, o líder, vai encaminhar.

Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Eu pediria a V. Ex.^a apenas 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Sandro Régis: Nós estamos aqui terminando de conversar com a bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A sessão está suspensa por 5 minutos...

O Sr. Sandro Régis: Para que dê tudo conforme...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) a pedido do líder, meu amigo Sandro Régis.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou prorrogar a suspensão da sessão por mais 5 minutos, até os líderes chegarem a um denominador comum.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, eu espero que, quando o nome do deputado Adolfo Menezes, nos próximos anos, for indicado, que a gente resolva o mais rápido possível, entenderam? Já fiquem lembrados!

Brincadeiras à parte, para relaxar, apesar de todo mundo querer ir para o céu, antes de... não é, deputada Olívia? Mas vamos lá.

Vou repetir: de acordo com Regimento Interno e a Constituição Estadual, a votação é secreta, pelo painel, utilizando o sistema SevWeb para os deputados que não estão aqui no Plenário.

Para encaminhar, deputada Maria del Carmen pelo lado do Governo e, a seguir, o deputado Sandro Régis, como líder da Oposição.

Com a palavra a deputada Maria del Carmen para encaminhar o Requerimento nº 9.761/2021, que indica o deputado Nelson Pelegrino para conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios.

A Sr.^a MARIA del CARMEN LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, jornalistas que estão na tribuna acompanhando hoje esta votação, Srs. servidores da Casa, taquígrafas e demais servidores que nos ajudam no dia a dia, deputado Bobô, queria hoje... Esta Casa recebeu a indicação, todos nós neste Plenário recebemos a indicação, encaminhada pela Mesa Diretora da Casa, do deputado estadual por dois mandatos, deputado federal por seis mandatos, o deputado, o advogado Nelson Vicente Portela Pelegrino.

E me permitiu, Sr. Presidente, Srs. Líderes, como amiga, parceira, companheira de caminhada do deputado, que eu fizesse aqui, hoje, a indicação. O requerimento vem encaminhado, atendendo a todos os pré-requisitos. E pedindo que eu fizesse a justificativa, o encaminhamento para que possamos votar.

Falar de Nelson, para mim, é falar de um amigo, é falar de um irmão, é falar de alguém que, nesses últimos trinta anos, compartilhou, caminhamos, dividiu experiência, caminhos, sonhos, projetos que fizeram com que ele fosse secretário por três vezes: foi secretário de Justiça, foi secretário de Turismo e agora secretário de Desenvolvimento Urbano, a Sedur, essa pasta tão importante. Encerrando, portanto, por ora, a carreira no Executivo com esses três cargos de secretário nos quais desempenhou as suas funções com extrema competência, dedicação...

E para mim, que tive o privilégio de conviver, como disse, no dia a dia, nas caminhadas, nas viagens, nos sonhos de ser prefeito desta cidade, nas diversas dificuldades encontradas em muitos momentos...

E eu me lembro sempre de Nelson jovem. Foi diretor da UNE, foi morar em São Paulo para ser diretor, voltou para a Bahia, terminou o curso de Direito. Exerceu a profissão como advogado trabalhista para diversos sindicatos, para diversas entidades; organizou a população, organizou o povo, os trabalhadores em forma especial, e até hoje o seu nome, por todos os lugares por onde ele vai, é ainda lembrado constantemente, mesmo agora não mais advogando, mas, com certeza, sempre com a palavra quando alguma dúvida, quando algum problema podia ser solucionado.

Falar de Nelson, como disse, é falar de um irmão, é falar de alguém que tem efetivo compromisso com a vida pública, que demonstrou na sua gestão, em todas as gestões, a seriedade no trato, a forma lhanza no trato aos colegas, o que levou a que, no dia em que foi sabatinado, obtivesse unanimidade na votação de sua aprovação na Comissão de Constituição e Justiça. Sonhamos muitos sonhos juntos.

Nesta cidade, por diversas vezes, Nelson chegou a dormir em diversos acampamentos para garantir que aquela população não saísse de lá, para que aquela população continuasse lá. E isso fez com que diversas intervenções hoje estejam sendo realizadas pelo governo do estado, se transformassem em realidade. E hoje eu posso citar aqui, por exemplo, a Santa Rosa de Lima, ali no Stiep. E posso citar várias outras que fizeram com que fosse a diferença aquilo que ele fazia no dia a dia, e que continuou fazendo depois, já como secretário, buscando as soluções adequadas para diversos problemas neste momento tão difícil que nós estamos atravessando.

Por isso, colegas deputados e deputadas, ter Pelegrino no Tribunal de Contas é uma vitória para aquele... Eu acho que é uma falta que faz para a política baiana tirar alguém com conhecimento, com a experiência, com a formação, com a preocupação humanista que tem Nelson, tirá-lo dessa convivência é, de fato, uma falta, fará falta à política baiana. Em compensação, ganha o Tribunal de Contas dos Municípios, porque recebe, após a votação que realizaremos hoje, aqui, um profissional, um técnico, alguém que vai, de fato, ajudar àquele tribunal a discutir, debater, avançar, como é do seu feitio.

Tenho certeza, deputado Rosemberg, de que Nelson não deixará um dia de estar lá trabalhando como se estivesse ainda no Executivo. Tenho certeza de que ele olhará e receberá todos de forma igual para que nós tenhamos justiça, às vezes, em determinados pontos que, às vezes, levam colegas, deputados, prefeitos e prefeitas a não terem as suas contas aprovadas.

A minha emoção nesses dias já estive à flor da pele por diversas vezes, deputado Rosemberg, meu líder, porque a falta que ele fará, ainda mais para o nosso mandato, para o nosso dia a dia... Mas esse é o caminho que ele gostaria de trilhar, é o caminho que ele quer trilhar neste momento, e nós, os deputados da Bahia, vamos fazer justiça a uma carreira política ilibada, uma carreira política séria; e o Tribunal de Contas dos Municípios, TCM, recebe um profissional com o conhecimento e a forma de atuação de Pelegrino.

Portanto, Srs. Deputados, eu encaminho pela aprovação da indicação do deputado federal que, daqui a poucos dias, antes da posse, terá que renunciar ao mandato, o advogado Nelson Vicente Portela Pelegrino.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, o deputado líder Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a Oposição também entende que o deputado secretário Nelson Pelegrino reúne todas as condições técnicas, morais e jurídicas, toda a capacidade para exercer um grande papel como conselheiro do Tribunal de Contas

dos Municípios. Sendo assim, a Oposição orienta, na pessoa do seu líder, a votar favoravelmente para que o deputado Nelson Pelegrino assumira a cadeira de conselheiro na corte do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

Em votação.

Srs. Deputados, a votação será secreta.

Zerem o painel.

Podem começar a votar.

O líder da Oposição, Sandro Régis, encaminha o “sim”, encaminha favoravelmente, assim como o líder do Governo, através da deputada Maria del Carmen Lula.

Os deputados que não estão em Plenário, que estão de forma virtual, têm de usar o sistema SevWeb, o aplicativo que todos têm aí no celular.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, nesta tarde, nesta sessão tivemos 61 deputados presentes. Queria parabenizar a todos.

O deputado Dal está aí, na Casa, chegando para votar.

Então, depois desta triste pandemia que já ceifou quase 600 mil vidas em 1 ano e meio, nesta Casa não se deixou de votar nenhum projeto que aqui chegou, mesmo que de forma virtual. Esta é a quarta semana, ou quinta, que temos sessões mistas, presencial e por vídeo. Então, eu queria parabenizar a todos.

Vamos continuar, claro, tomando todos os cuidados, usando máscara, lavando as mãos, até porque, graças a Deus, essa pandemia diminuiu, mas não acabou. Temos aí a variante Delta. Em alguns países, em alguns estados do Brasil os índices de infecção já estão voltando a subir. Portanto, não podemos relaxar.

Srs. Deputados, eu gostaria também, aproveitando o tempo que ainda temos de votação, de dizer que nós estamos tendo todo o cuidado. Aos poucos nós vamos voltando à normalidade da Casa, os gabinetes já estão funcionando, o Plenário já está funcionando. Mas alguns setores ainda, deputado Euclides, estão com restrições, como o restaurante, até porque lá, diariamente, quando era aberto, antes da pandemia, eram milhares de pessoas muito próximas. Por isso que nós temos que tomar ainda certos cuidados. Peço a compreensão de todos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu quero justificar o deputado Paulo Rangel. Não deve ter votado ali...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, líder Rosemberg, eu até esqueci de falar que o deputado Paulo Rangel entrou em contato conosco e disse que iria fazer, eu acredito, uma cirurgia de catarata, uma bobagem, mas, infelizmente, não poderia estar presente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É isso. Ele entrou na sessão, participou, mas foi chamado para fazer uma cirurgia há meia hora. Fabíola já estava orando, como médica

oftalmologista que é, para que dê tudo certo. Espero que ele saia direitinho de lá, enxergando melhor ainda do que ele já enxerga.

Presidente, o deputado Nelson Pelegrino acabou de me ligar. Disse que em 3 minutos ele estaria aqui, porque queria usar a tribuna por, pelo menos, 5 minutos para fazer um agradecimento aos deputados e deputadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, devido a nós termos ainda um tempo para encerrar a votação, vou chamar novamente os colegas.

Deputado Aderbal Caldas, deputado Alan Castro, deputado Alex Lima, deputada Ivana Bastos, deputada Kátia Oliveira, Paulo Rangel, que nós já explicamos, deputado Robinho, deputado Rogério Filho, Soldado Prisco, que não esteve presente, deputado Josafá Marinho.

Então, quase todos os deputados estiveram presentes nesta Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, acho que podia concluir a votação. O deputado Nelson já está chegando. É o tempo de contabilização e a gente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, vou abrir a votação que indica o ex-deputado por vários mandatos, advogado Nelson Pelegrino, para membro do Tribunal de Contas dos Municípios.

Determino ao pessoal da área técnica para abrir o painel para vermos o resultado da votação.

Então, 50 votos “sim”, 2 votos “não”.

Portanto, aprovada a indicação do deputado, agora conselheiro, Nelson Pelegrino para compor o Tribunal de Contas dos Municípios. Cinquenta votos “sim”, dois votos “não”. Então, 52 votos nesta tarde.

Requerimento nº 9.761/2021 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo nº 23.223, de 31/8/2021.

Parabéns à Casa, parabéns ao deputado e agora conselheiro. Claro que ainda falta a posse. É uma questão de dias para compor o Tribunal de Contas dos Municípios.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro agradecer a todos os deputados, à condução de V. Ex.^a.

Tem ainda um outro projeto, que estava na Ordem do Dia, e me parece que o deputado Samuel iria pedir vista. Mas como o Regimento não permite, eu queria conduzir no sentido, deputado Samuel, de que a gente possa fazer um quorum de continuidade da sessão. Até porque eu entendo que a gente deveria fazer o encerramento da sessão para dar a oportunidade de o deputado Nelson Pelegrino, que está acabando de chegar, possa fazer aqui um pronunciamento. Se o deputado Alan concordar também com esse encaminhamento do deputado Samuel, que me falou, poderíamos fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, nós temos um projeto a seguir, que é o Projeto de Resolução nº 2.957/2021, do Capitão Alden.

Srs. Líderes...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Samuel, vamos pedir verificação de quorum para...

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) o encerramento da sessão.

O.k., eu concordo com o encaminhamento do deputado Samuel, que fez o encaminhamento no sentido de...

O Sr. Samuel Junior: Pedir verificação de quorum de votação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) verificação de quorum.

Entendendo que a sessão não contém 21 Srs. Deputados na Casa, estou percebendo aqui, então, não vejo nenhum questionamento por parte do governo neste momento, até porque nós tivemos uma sessão muito tranquila. E espero que a gente possa, na próxima sessão, fazer a análise do projeto de lei. Ele está na Ordem do Dia. Iria para a próxima sessão e a gente encerraria e ouviria o deputado Nelson Pelegrino.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Então, pelo que eu entendo, por solicitação do deputado Samuel, não vai haver no dia de hoje a votação do projeto de resolução que trata da questão do Capitão Alden. Não é isso?

Então, declaro...

Fica para a próxima...

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Samuel.

O Sr. Samuel Junior: Primeiro, presidente, a sua colocação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Então, como não há 21 deputados presentes na sessão, no caso, no... me faltou até o termo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: No Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Porque é difícil a gente ver mais de 22 e dizer que só tem 21. Não é isso, deputado Euclides? Então, faltou até argumento no momento.

Eu quis dizer que há 21 presentes, mas não tem 21 no painel. Portanto, está encerrada a presente sessão.

O projeto do Capitão Alden fica para a próxima sessão, possivelmente na próxima terça-feira.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu só queria pedir...

O Sr. Samuel Junior: Se V. Ex.^a se sentir mais confortável e quiser zerar o painel e pedir o quorum também, fica...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não é necessário, até porque esta Casa é de acordos. Quando existe a concordância dos líderes da Oposição e da Situação, não é necessário.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o deputado Nelson Pelegrino acaba de chegar. Então, eu queria que V. Ex.^a, encerrando, obviamente, o convidasse para que ele pudesse agradecer...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.